

SILVANA VEIGA PEREIRA

Políticas Públicas na Educação Especial Inclusiva

**JARU-RO
2023**

SILVANA VEIGA PEREIRA

Políticas Públicas na Educação Especial Inclusiva

Artigo apresentado a banca avaliadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Jaru, como requisito para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública, com resultado de aprovada.

Nome do Orientador: Prof. Mestre Iveltyma Rosemalen Passos Ibiapina

**JARU-RO
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Pereira, Silvana Veiga.
Políticas Públicas na Educação Especial Inclusiva / Silvana Veiga Pereira, Jaru RO, 2023.
17 f.

Orientador(a): Prof. Mestre Iveltyma Rosemalen Passos Ibiapina.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Jaru-RO, 2023.

1. Política educacional. 2. Educação especial;. 3. Educação inclusiva. I. Ibiapina, Iveltyma Rosemalen Passos (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Sarah Freire Bezerra, CRB-11/1097 (Campus Jaru)

Políticas Públicas na Educação Especial Inclusiva

Silvana Veiga Pereira¹

Iveltyma Roosemalen Passos Ibiapina²

Resumo: Este estudo tem como objetivo compreender os processos pelos quais as políticas públicas se articulam para o desenvolvimento da inclusão escolar por meio da educação especial. Para atingir tal objetivo foi realizado um ensaio teórico com consulta a livros, artigos e documentos digitais. Como resultado, é possível perceber que dentre as reflexões acerca destas políticas públicas estão algumas leis que regulamentam o atendimento dos sujeitos com necessidades especiais na rede regular de ensino em nosso país. Muitos desses documentos de organismos multilaterais que tratam da educação decorrem para as escolas de ensino infantil e fundamental no Brasil, suas ideias mais importantes são acessíveis aos professores e gestores por diversas maneiras. Sendo assim, tem-se uma tentativa clara em oferecer um parecer mais abrangente das propostas políticas de inclusão educacional de sujeitos considerados com deficiência, anunciando mudanças nas práticas educacionais e de forma a inclui-los na rede de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: política educacional; educação especial; educação inclusiva.

¹ Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia-Campus de Jaru. E-mail: veigaveiga1234@gmail.com

² Docente do Instituto Federal de Rondônia-Campus de Jaru. Mestre. Doutorando em Administração na Universidade Estadual do Ceará. E-mail: iveltyma.ibiapina@ifro.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um projeto em transformação, gradativo e dinâmico que exige do Poder Público, em sua fase de transição, o absoluto respeito às diferenças individuais dos alunos e a responsabilidade quanto à oferta e manutenção dos serviços mais apropriados ao seu atendimento. A Política de Educação Especial promove a discussão para a implementação e reformulação dos projetos direcionados a garantia do acesso e permanência das pessoas com deficiência e Necessidades Educacionais Especiais (NEE), com a finalidade de garantir a efetivação e a garantia da inclusão (MARTINS; LEITE; LACERDA, 2015).

Muito se busca esclarecimento para que as pessoas com deficiência possam frequentar uma unidade escolar de maneira inclusiva, são inúmeras as barreiras às quais são enfrentadas pela família e pelo próprio aluno para que a sua permanência seja de fato aceita em uma unidade de ensino, pois sabemos que todas as experiências geram conhecimentos capazes de serem aproveitados e perpetuando o seu processo de ensino aprendizagem, isso nem sempre acontece. Conforme Freitas e Barqueiro (2015), o avanço das Políticas de Inclusão é sem dúvida, e será uma conquista memorável, mas que por sua vez apenas isso não é o suficiente para que elas sejam implementadas. E é essencial que as diretrizes sejam relacionadas com as medidas existentes que possam compreender além do âmbito acadêmico, a sociedade possa alcançar.

A Educação Especial do século XXI configura-se como um conjunto de conhecimentos, metodologias, recursos (materiais pedagógicos e humanos) disponibilizado para as escolas e outros espaços sociais, de forma que possam promover a aprendizagem e a inclusão de pessoas com deficiências e outras características atípicas de desenvolvimento (Glat & Blanco, 2015; Glat & Pletsch, 2012).

Assim, faz-se importante estudar melhor o papel do governo e das políticas públicas na inclusão dessas pessoas. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo compreender os processos pelos quais as políticas públicas se articulam para o desenvolvimento da inclusão escolar por meio da educação especial. Nesse sentido (ARRUDA E ALMEIDA, 2014) destaca:

A proposta de uma educação inclusiva coloca-nos a frente a esse grande desafio: transformar a escola da atualidade. Para isso se faz necessária a mudança de comportamento e rompimento de numerosas barreiras históricas, financeiras, físicas. (ARRUDA E ALMEIDA, 2014. P.6)

O estudo das políticas públicas desse tema torna-se relevante, pois elas desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e na garantia do pleno desenvolvimento de todas as crianças, independentemente de suas necessidades específicas. Nesse modelo, “as escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer aluno” (CARVALHO, 2005, P.29).

Em relação à classificação do estudo, quanto à natureza da pesquisa, ela é considerada como qualitativa, pois proporcionará a análise dialógica dos dados coletados que será feito com bases nos estudos de (MONTAAN, 2003; LIBORIO e CASTRO, 2005; ANTUNES, 2008; CUNHA, 2019, et al.).

O estudo está dividido em cinco seções, incluída esta breve introdução. A segunda seção explana sobre educação inclusiva. A terceira trata do histórico de conquistas da área. A quarta seção apresenta o detalhamento do método escolhido e da discussão. Por fim, na quinta seção, delineiam-se as considerações do trabalho.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESCOLA PARA TODOS

Com o passar dos anos por meio de muitas lutas, hoje pode ser ofertado um ambiente acolhedor que contribui para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com necessidades específicas. Assim, é importante que os profissionais da educação, tanto em sua formação inicial quanto continuada, sejam preparados para compreender os diversos processos de aprendizagens, sobretudo, estejam munidos de estratégias e metodologias de ensino necessárias à efetivação dos processos de aprendizagens inclusivas. Esses espaços formativos são fundamentais para a efetivação do processo inclusivo nas escolas. (LIBORIO e CASTRO, 2005).

A garantia de uma educação inclusiva é dada por uma extensa legislação, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001; Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, 2008; Resolução nº 4, 2009; Decreto nº 7.611, 2011, e também é consolidada na recente Lei de Inclusão, Lei nº 13.146 de 2015.

Apesar dessa extensa legislação, o Brasil ainda precisa melhorar na prática para que a qualidade de ensino ofertado aos estudantes com necessidades especiais alcance um bom índice. Essa demanda também envolve a qualificação

dos educadores, o que se constitui em um grande empecilho para efetivação da inclusão escolar. Para tal, é necessário a capacitação e o aprimoramento de todos os profissionais que participem da vida escolar desse educando.

Freire sugere uma busca constante pela capacitação profissional:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e aos quais todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. Não posso, por isso mesmo, burocratizar meu compromisso de profissional, servindo, numa inversão dolosa de valores, mais aos meios que ao fim do homem. Não posso me deixar seduzir pelas tentações místicas, entre elas a da minha escravidão às técnicas, que, sendo elaboradas pelos homens, são suas escravas e não suas senhoras (FREIRE, 2018 P.25)

Algumas ações a serem desenvolvidas palestras, encontros para as trocas de experiências ou formação específica entre os profissionais, redução das turmas para facilitar a atenção dos educandos, valorização salarial desses profissionais, contratação de um maior quantitativo de cuidadores nas escolas, de orientações mais sistemáticas dos especialistas e ampliação da oferta dos serviços de apoio especializado a fim de qualificarem sua atuação profissional. Com isso Libório e Castro (2005, p. 107) apresentam que:

Não precisamos somente de que os professores do ensino comum, formados nos cursos de pedagogia e outras licenciaturas, tenham uma formação para trabalhar visando à inclusão. Todos os profissionais precisam ser formados de acordo com o paradigma da diversidade, para se tornarem cidadãos eticamente comprometidos com a inclusão (LIBÓRIO E CASTRO, 2005. P.107).

Desde a década de 1990, com a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, com a Declaração de Salamanca (1990) sobre Princípios, Política, e Prática na Área das Necessidades Educativas Especiais, o discurso a respeito da inclusão escolar passou a assumir um status diferenciado entre escolas, poder público e as famílias das crianças com algum tipo de deficiência, todos juntos e unidos para que possam sempre trazer melhorias. Paralelamente ao crescimento de movimentos e militâncias que defendem a inclusão social, o caso no âmbito da educação ganhou novos elementos a partir da ideia de que a educação é fundamental para a saída das armadilhas de pobreza (Sachs, 2006).

Atualmente, como mostra a figura 01, a média nacional de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Básica é de 79%. Esse indicador reflete o

grau de acessibilidade e equidade no sistema educacional de um país. A inclusão de estudantes com deficiência é um princípio fundamental de políticas educacionais inclusivas, que buscam garantir oportunidades iguais de aprendizado para todos, independentemente de suas habilidades, necessidades ou características individuais.

Figura 01: Taxa de inclusão dos estudantes com deficiência na Educação Básica



Fonte: Ministério da Educação. Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência. Censo MEC/INEP

A educação escolar para todas as pessoas que possuem algum tipo de deficiência necessita de ações governamentais e não governamentais. Somente o envolvimento da sociedade tornará possível o alcance de um novo horizonte de respeito entre os seres, à sociedade como um todo é responsável por oferecer serviços específicos para os cidadãos que necessitarem, sem, no entanto, perder de vista que é preciso possibilitar também o acesso aos serviços já existentes. Sendo assim construímos uma sociedade cujo princípio é a inclusão de todos. De acordo com Freitas, H (p. 1097):

No âmbito das políticas de formação de professores mudanças significativas foram implementadas, objetivando a construção de um professor com habilidades e competências capazes de torná-lo a correia de transmissão, na escola e na sala de aula, das novas formas de laborabilidade demandas pelo nível de desenvolvimento de capitalismo na atualidade. (FREITAS, H P.1097)

As dificuldades são muitas quando considerando que para a inclusão social e escolar acontecer, é necessário também intervenção na aprendizagem como a busca por um desenvolvimento melhor das habilidades do aluno para atender às distintas necessidades, possibilitando ao professor expressar sua criatividade com sensibilidade e amor, seja nas diferentes instâncias da comunidade na qual a vida do sujeito está inserida, que a busca para que essa educação inclusiva seja para todos os estudantes com igualdade, oportunidades e equidade, onde se promova a aprendizagem de todos, com deficiência e ou sem deficiência (CUNHA, 2019).

Neste local de aprendizagem conhecido como escola, vai muito além de um local de aprendizagem das disciplinas curriculares tradicionais, é nesse espaço de integração e socialização dos estudantes, é neste espaço que acontece a valorização da diversidade, esse desenvolvimento cognitivo e também socioemocional possibilitando convívio com todos e uma interação do estudante com deficiência com o restante da comunidade escolar. Vale considerações acerca de (MONTOAN, 2003):

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para os seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu (MONTOAN, 2003. P.30)

3 UMA HISTÓRIA DE ESTUDOS E CONQUISTAS

É fundamental ressaltar que toda criança, com deficiência ou não, passa pelos mesmos processos de desenvolvimento, sendo preciso a mesma dedicação profissional e dispondo dos mesmos direitos de outras crianças. Em função disso a inclusão ou Educação Especial, conforme prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB), garante às crianças com deficiência, o direito ao contato com a diversidade e trocas de experiências diversas, ao dar preferência à educação oferecida na rede regular de ensino:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 58, parágrafo 1º, apesar de dar prioridade ao atendimento integrado às classes comuns do ensino regular, prevê a existência e manutenção das classes, escolas ou serviços

especializados com o objetivo de oferecer aos alunos em complementação (ou substituição) o atendimento educacional nas classes comuns (SOUZA E PRIETO, 2002, p. 130).

Podemos dizer que dentro desse período houve avanço do processo de educação inclusiva, desenvolvimento de pesquisas e publicações, nota-se um aprimoramento na sua conceituação. O sistema educacional inclusivo prevê uma escola aberta à diversidade, que contemple a riqueza do multiculturalismo que caracteriza a comunidade escolar e o desenvolvimento integral de todos os alunos, minimizando todas as práticas excludentes e segregadoras. Nesse sentido, Carvalho (2000, p. 150-151) aponta que:

[...] tanto o ensino regular e a educação especial devem se unir nos esforços de satisfazer as necessidades educacionais de todos os alunos. De pouco adiantará se todo esse movimento for conduzido por aqueles comprometidos com a educação especial. Na verdade, o processo de inclusão deve começar e se manter no desejo de todos os educadores. As mudanças necessárias só se efetivarão quando estivermos juntos: os da educação especial e os do ensino regular, em busca do especial, isto é, em busca do aprimoramento de sua qualidade. (CARVALHO, 2000, P.150-151)

A importância de ter uma rede de apoio fortalecida, sobretudo junto aos professores para que as escolas possam oferecer boas propostas de Educação Inclusiva para todos os alunos. Carvalho (2004) esclarece que as escolas precisam dar resposta educativa adequada para a remoção das barreiras da aprendizagem e participação de qualquer aluno. Exigindo dessa forma ajuda e apoio de todos que já acumularam saber e experiências a respeito desse tema fazendo um trabalho em conjunto com todos os profissionais deste ambiente escolar.

Devendo pensar nos possíveis serviços de apoio para o atendimento aos alunos com deficiência, um dos objetivos é a orientação aos professores do ensino regular que trabalham com esses alunos, para que conheçam as diferenças e a complexidade dos diversos tipos de deficiência física, psicológica ou sensorial e aperfeiçoem as estratégias metodológicas diferenciadas considerando o potencial dos alunos, levando em consideração seu diagnóstico, para que essa criança não seja vista como empecilho de aprendizagem dos demais educandos. É preciso compreender que a “visão excludente convive com a educação inclusiva como reflexo de uma sociedade que se reorganiza sob novos padrões, sob novos valores

mais humanos, abrangendo todos os excluídos...” (RABELO e AMARAL, 2003, P.211)

De fato uma equipe que esteja bem capacitada permite perceber as dificuldades dos educandos em sua deficiência e como eventualmente elas podem se sentir, trazendo para realidade de cada profissional um debate de experiências já vivenciadas em seu cotidiano, apresentando recursos e serviços que estejam disponíveis em seu próprio ambiente de trabalho, junto aos gestores e pais possam traçar essas estratégias para que esse aluno obtenha um bom desenvolvimento. Na Lei 9.394/96 (Lei Diretrizes e Bases) no Art. 59), o texto salienta no artigo, que os sistemas de ensino deverão assegurar ao educando os recursos necessários para seu aprendizado e conseqüente inclusão, o que requer currículos, métodos e técnicas adequadas recursos e organização, professores especializados e capacitados para a integração do aluno na vida em sociedade, inclusive dando-lhe condições, sempre que possível à capacitação para o trabalho.

Mesmo que com conhecimentos aprofundados em cursos sobre o assunto observe como é difícil desenvolver um bom trabalho com as crianças com deficiências, Segundo Freitas, (2006, P.169) é preciso “incluir programas/conteúdos que desenvolva competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares”. Esse profissional tem a possibilidade de confeccionar vários materiais com: cartolinas, sulfite A4, A3, figuras coloridas impressas, pincéis, tesouras, barbantes variados, dentre outros, pois a meta principal é ampliar e aprofundar as habilidades de comunicação, em qualquer idade, mesmo que haja uma ausência de proximidade da capacidade expressiva e compreensiva de uma criança com deficiência em razão das particularidades de cada aluno. Segundo o Parecer CNE/CEB n. 17/2001:

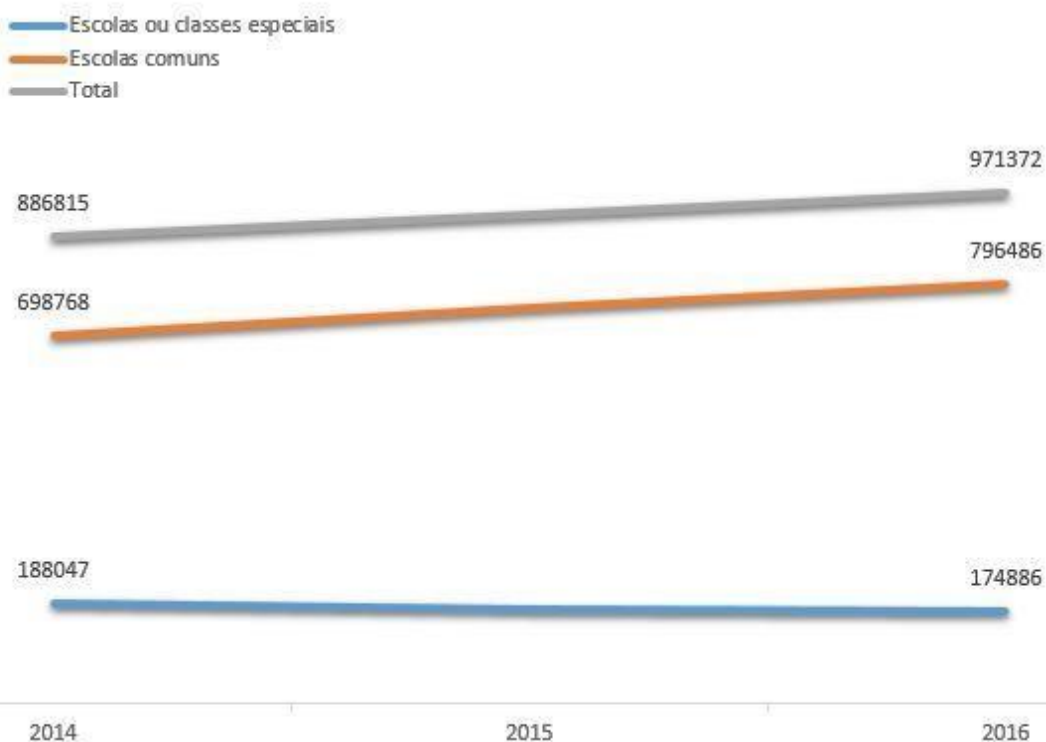
Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escola, por fim, em vez de pressupor que o aluno deve ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender a diversidade de seus alunos. (BRASIL,2001, P.14 - grifos no original).

A inclusão está para fazer valer os direitos e promover assim a aprendizagem, estimular a autonomia e a independência das pessoas com deficiência em todas as fases da vida. Dessa forma, o Brasil estabeleceu na Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais

do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Nessa perspectiva seja priorizado o direito de todos os estudantes para frequentarem as salas regulares, combatendo qualquer discriminação.

Os dados do Censo Escolar de 2015 e 2016 revelam que as conquistas citadas anteriormente foram preservadas, ou seja, não houve retrocessos. O total de matrículas desse público específico aumentou cerca de 4% por ano (de 886.815, em 2014, para 971.372 em 2016). Da mesma forma, o percentual de matrículas em ambientes inclusivos continuou crescendo (de 698.768, em 2014, para 796.486 em 2016).

Número de matrículas da educação especial



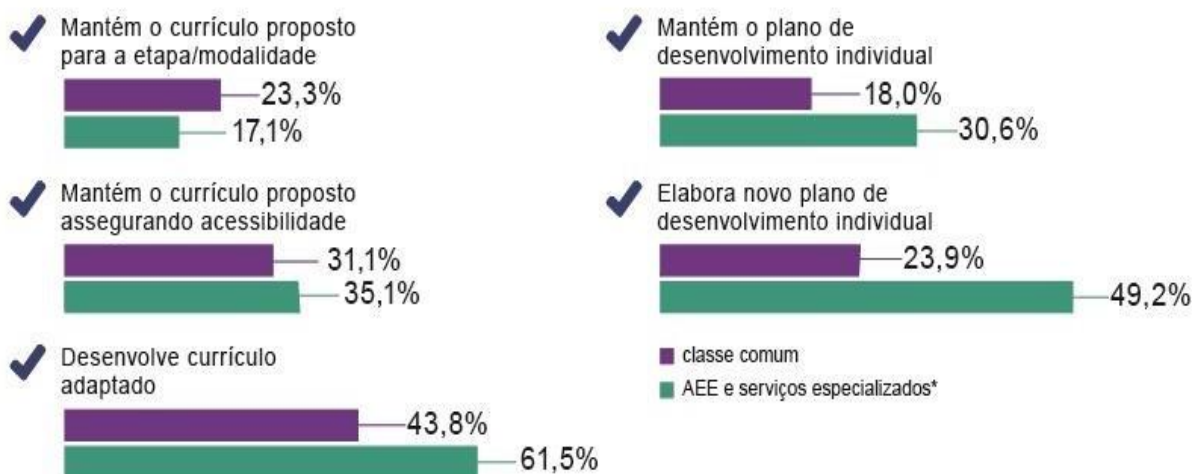
Além disso, a meta prevê espaços de atendimento educacional especializado (AEE), como medida complementar e não substitutiva da sala de aula comum, que podem ser frequentados pelos estudantes com deficiência no contra turno. O AEE tem por objetivo identificar demandas específicas e elaborar recursos pedagógicos e

de acessibilidade que eliminem barreiras existentes, garantido a inclusão e autonomia dos estudantes. Como ressalta Souza (2019):

Observa-se que diversas são as atribuições dos professores do Atendimento Educacional Especializado - (AEE). Os próprios verbos imprimem ações técnicas, gestoras e pedagógicas a serem realizadas na escola, além das funções contempladas no Art. 13 da LDB - 9.394/96, que são comuns a todos os professores. Entretanto, fica visível nesta Resolução de nº 04 CNE/CEB/2009, que o professor do Atendimento Educacional especializado- (AEE) é o responsável pela materialização da política educacional inclusiva, quando na verdade não apenas os docentes necessitam entender de Educação Especial e de educação inclusiva, mas os gestores e coordenadores de ensino e pedagógicos (SOUZA, 2019, P.2).

Em relação ao currículo proposto pela rede/escola, nota-se que o desenvolvimento de currículo adaptado aparece como a principal ação, tanto na classe comum quanto no AEE e serviços especializados. Como segunda alternativa mais indicada pelos docentes da classe comum foi “manter o currículo proposto, assegurando a acessibilidade”. Os profissionais da sala do AEE e serviços especializados destacam a elaboração de novo plano de desenvolvimento individual.

Ações em relação ao currículo



*a soma de docentes que atuam em: AEE; em escola ou classe bilíngue para surdos; e em escola ou classe especial

Nota: neste item era possível selecionar mais de uma alternativa.

Existem muitas dificuldades para a efetivação da inclusão escolar, porém sabemos dos enormes benefícios que trazem para esses alunos quando frequenta esse ambiente, os relatos são inúmeros feitos tanto por educadores como aprendentes, há uma descoberta de aspectos comuns onde por muitas vezes essas pessoas são totalmente diferentes, entre o compartilhar e ajudar os outros a adquirirem conhecimentos com muita ética e igualdade sendo superados diversos

obstáculos com aprimoramentos significativos da inclusão escolar. De acordo com a pesquisa **O que a população brasileira pensa sobre educação inclusiva** aproximadamente nove em cada dez brasileiros acreditam que as escolas se tornam melhores ao incluir crianças com deficiência. Isso é o que revela o levantamento inédito do Datafolha, encomendado pelo [Instituto Alana](#), os brasileiros tendem a ter opiniões favoráveis à inclusão de crianças com deficiência na escola regular. O levantamento ouviu mais de 2.074 pessoas acima de 16 anos, em 130 municípios. As entrevistas ocorreram entre os dias 10 e 15 de julho de 2019. Para 86%, as escolas se tornam melhores com a educação inclusiva. Além disso, 76% acreditam que as crianças com deficiência aprendem mais estudando junto com crianças sem deficiência.

No entender de Staimback e Staimback (1999), as amizades produzidas no ambiente inclusivo são efetivas para o sentimento de pertencimento à comunidade. Nesse entendimento temos uma sociedade mais segura sem a separação de indivíduos por ter tal deficiência ou exclusões, permitindo uma melhor inserção social.

Para se obter um sistema que tenha um bom desempenho o aluno deverá ter domínio de habilidades e competências determinadas para aquele nível de ensino e não somente para completar o nível que esta proposto, deve mostrar de fato que aquele estudante recebeu uma aprendizagem efetiva, não basta incluir, ou seja esse aluno precisa estar incluído devendo ser considerada a necessidade particular de cada um que estão sendo atendidos neste ambiente escolar. Para Montoam (2003, p.47), a inclusão escolar é um dos maiores privilégios de conviver com as diferenças.

São utilizados e experimentados vários métodos para encontrar o caminho para a prática da Educação Inclusiva, pois cada aluno em uma escola deve ser atendido de acordo com suas peculiaridades, para sabemos que não existe uma formula pronta ou uma receita de bolo que traga todas as informações que darão 100% certo. Conforme o referido parecer apresenta:

A busca de melhores recursos para auxiliar/ampliar a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais de se comunicar, de se locomover e de participar de maneira cada vez mais autônoma do meio educacional, da vida produtiva e da vida social, exercendo assim, de maneira plena, a sua cidadania. Estudos e pesquisas sobre inovações na pratica pedagógica e desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao

processo educativo, por exemplo, são de grande relevância para o avanço de práticas inclusivas, assim como atividades de extensão junto às comunidades escolares. (BRASIL, CNE, OPARECER 017/01. P.14)

O envolvimento da família no processo de ensino aprendizagem desse educando com necessidades especiais aliada com a Escola e toda a sua equipe escolar proporciona uma série de conhecimentos, viabilizando o desenvolvimento desse ser, os procedimentos preventivos e aprendizados para esses alunos mantendo uma relação de comunicação bilateral entre escola e família representando assim a chave para a sua devida escolarização, a inclusão é um investimento que ultrapassa os muros da escola, sendo capaz de promover uma sociedade mais plural e democrática.(VIGOTSKI 1991), (STAINBACK, 1999), (MONTAÑO, 2003), (ANTUNES, 2008), (CUNHA, 2019).

A educação de uma criança já é um desafio e torna-se ainda maior quando nos deparamos com algum grau de deficiência. Há um grande esforço e energia dessa família, pois precisam se esforçar para proporcionar um espaço saudável, onde esse aprendiz possa desenvolver intelectualmente e psicologicamente. Essa criança com deficiência tem seu papel neste ambiente familiar devendo ser tratada com amor, dedicação, carinho, respeito, que tenha condições de igualdade com os demais integrantes da família, sendo assim é obrigatório e juridicamente que essa criança seja assistida com sustento para seu pleno desenvolvimento como pessoa e cidadão. Importante por demais ser recorrente e tratar da consciência familiar sobre o valor educação inclusiva da pessoa com deficiência, manter à chama acesa do acolhimento, da superação das nossas limitações é sobretudo sermos parceiros na construção e formação de pessoa com maior autonomia. (CURY, 2015)

A inclusão escolar dessa criança no que tange ao seu desenvolvimento cognitivo e motor é um fator importantíssimo e os pais desempenham um papel de grande valor nesse processo, a família é uma poderosa mina de aprendizagem para a criança, juntos nesta caminhada possam sempre compartilhar experiência nos diversos aspectos contribuindo para a formação de comunidades e uma sociedade com pais, parentes, amigos, profissionais da área da Educação Inclusiva e especialistas de diversas outras áreas gerando um universo que possibilite o crescimento, valorizando as diferenças e o potencial de todos. De uma maneira bem minuciosa (FERREIRA, 2018), define família como "[...] o conjunto de todos os

parentes de uma pessoa, principalmente, dos que moram com ela, como os seus pais e irmãos, bem como as demais pessoas ligadas por laços afetivos” (p.138)

Uma família que consegue se organizar a fim de dedicar tempo para atender as necessidades dessa criança nas atividades para ser desempenhada em seu cotidiano escolar, atualmente sabemos que é bem raro esse feito, mas quando a família consegue separar um tempo com planejamento e estabelecendo rotinas, tudo se torna mais fácil e descomplicado, com o tempo o aprendizado desse aluno é bem mais aproveitado, assim todo o conjunto familiar sai ganhando, permanecendo juntos por mais tempo, a família é o principal agente na inclusão do deficiente. Vygotsky (1991), a família é uma instituição social de grande influencia e de grande importância na tomada de decisões no que se refere ao desenvolvimento do individuo.

Mesmo sendo um processo lento e gradual a criança com deficiência torna-se autoconfiante a partir de aquisição de cada conhecimento que foi adquirido através de erros e acertos, assim percebemos que a criança com deficiência possui pontos fortes e os talentos que eventualmente apresente onde a torna única. O trabalho a ser realizado é uma tarefa continua a ser feita em primeiro lugar por parte do corpo familiar e secundariamente por seus respectivos professores, no qual desenvolvimento da autoconfiança surge, sendo uma excelente oportunidade para sinalizar à criança como ela deveria ter procedido, ensinando a diferença entre o certo e o errado. Segundo SZYMANSKI, 2009 quando defende que:

O ambiente familiar é propicio para inúmeras atividades que envolvem a criança numa ação intencional, numa situação de trocas intersubjetivas que vão se tornando mais complexas ou envolvendo mais intencionalidades, numa perspectiva temporal. (SZYMANSKI, 2009,P.24).

Devemos compreender que o contexto família e escola não podem trabalhar sozinhos ou com propostas diferentes, pois ambos envolvidos possuem papeis obrigatórios na vida dos alunos que se completam uma à outra e que devem pensar sempre no bem-estar dos alunos. (SZYMANSKY, 2010).

4 MÉTODO

O presente estudo tem como proposito mostrar a necessidade de uma educação de qualidade para o desenvolvimento desses educandos, melhoria do

processo de ensino aprendizagem e progresso do país, realizou uma pesquisa bibliográfica a fim de apresentar uma análise que fortaleça estes ideais e sirva como apoio e incentivo para as lutas em prol de um ensino qualitativo e não quantitativo.

A pesquisa de cunho bibliográfico buscando levantar conhecimentos e explicar o objeto estudado foi elaborada a partir do uso de livros, artigos e documentos digitais, que tratavam sobre esta temática. Como afirma Chiara:

A pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível, sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades. (CHIARA, KAIMEN, et al.,2008).

Nesse sentido, para elaborar este estudo pautamos nas abordagens teóricas, onde a educação só se torna de qualidade a partir de buscas que destacam sua importância e os benefícios que a garantia desta traz para os alunos, professores, sociedade e, portanto para o país que segue em desenvolvimento. Uma vez que torna esse educando mais crítico e capaz de atividades de qualidade e assim colocar em prática todo o conhecimento adquirido, contribuindo positivamente para o processo de ensino aprendizagem, potencializando intelectualmente o conhecimento do coletivo para ir além.

5 DISCUSSAO

Existe um grande desafio na inclusão escolar, que todos os dias são enfrentados por esses educandos devendo ser asseguradas garantias e condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender, pois a educação vai além do ambiente escolar, a escola funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado. Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem.

O processo comum deve ser um sistema de apoio de especialistas tais como autoridades escolares, serviços de apoio escolar, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, terapeutas físicos, onde possam formar uma conexão entre a família e todos esses profissionais, ajudando os pais para essa preparação escolar com uma capacitação formal, os professores começam a programar a política de

inclusão e refletir sobre o que ela significa em termos de prática de sala de aula, sendo assim os pais assumem um papel ativo na equipe para discutir a educação do seu filho no âmbito escolar, trazendo em pauta questões como responsabilidades e definição de papéis para a assistência necessária, desenvolvendo uma ligação entre professores, os serviços de apoio e as famílias.

O termo “inclusão” diz muito de como uma comunidade de pessoas diferentes podem alcançar um nível mais alto de forma conjunta, e não sozinhas. Além disso: “É a consciência do fato de que todo ser humano tem necessidades especiais que devem ser tratadas adequadamente”. Os professores precisam estar muito conscientes do contexto inclusivo em que estão trabalhando para manter e desenvolver ainda mais.

É preciso planejar e traçar métodos para a formação, que assim proporcione e crie condições de um ambiente afetivo e atencioso, de igualdade, com lições bem planejadas, com a possibilidade de apoio mútuo para que haja uma união mais forte dentro da turma que essas crianças estão inseridas contribuindo para a sua autoestima e seu senso crítico. De acordo com isso, os fatores como o significado de uma classe inclusiva sendo feita com pré-planejamento, o ensino em equipe, o ambiente e organização da sala de aula, adaptação curricular com a confecção de currículos de aula e Plano Educacional Individualizado (PEIs), a interação dos alunos, planejamento dos professores promovendo novas habilidades para esse educando a fim de tornar possível o diálogo entre toda a equipe.

A inclusão tem um papel importante dentro de todas as escolas e esse ensino em equipe tem um grande valor, considerando o essencial trabalho entre professores e outros membros, compartilhando igualmente a responsabilidade desses educandos, os métodos e aprendizagem colaborativa são visto como um elemento importante para apoiar a inclusão aumentando a qualidade do ensino nas escolas com a elaboração de políticas conjuntas, a tomada de decisões, o planejamento, a resolução de problemas, a promoção de novos métodos, o relatório e a avaliação. O ensino em equipe prova ser de grande valor, enfatiza-se a importância de certo código de igualdade e comunicação entre o lar e a escola para estar presente em todos os momentos. Enfim a inclusão é algo que estamos constantemente trabalhando para alcançar e manter um trabalho escolar inclusivo bem-sucedido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo é compreensível o valor das políticas públicas educacionais frente à sociedade e o tamanho do desafio das reformas na educação inclusiva, para que possam orientar os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar com a sua formulação, deliberação, implementação e monitoramento quanto a suas dificuldades na área da educação, principalmente em se tratando do ensino infantil e fundamental que são considerados o alicerce de sustentação para que os indivíduos possam progredir e se desenvolver quanto pessoa.

Devemos levar em consideração toda a bagagem educacional de projetos que deram ou estão dando certo, e assim melhorar cada vez mais essas propostas relacionadas à valorização da diversidade e ao reconhecimento da diferença, nesta temática revelou que tanto a escola quanto a família são primordiais para o processo socioeducativo da criança, tendo em mente a realidade que cerca esse aluno para o seu desenvolvimento no processo educativo.

Com um plano de implementação bem elaborado torna mais fácil à adaptação do educando a ajustar-se a escola, ao mesmo tempo em que a escola é ajustada as necessidades do educando, além de um currículo individual para que o aluno possa participar de todo trabalho normal dentro da turma e da escola, inclusive esportes, trabalhos culturais e sociais, estabelecendo um bom relacionamento entre todos os envolvidos.

Com uma visão clara temos a importância do treinamento e condições necessárias para o desenvolvimento de toda a equipe em suas habilidades e abordagens para o aperfeiçoamento de todos esses profissionais que lidam com essa criança, tendo a necessidade de aprofundarem conhecimento e adquirirem novas habilidades em seu próprio nível acadêmico para atender as várias necessidades desse aluno. Não existe uma receita única em relação à educação escolar inclusiva esse conceito central de inclusão, que deve ser abordado constantemente, pois todo aluno tem necessidades pessoais e especiais, apresentando uma luz diferente sobre a organização das escolas, a colaboração, o planejamento curricular, etc. para a inclusão em um nível de sala de aula e um nível individual destacando novas técnicas para a tomada de decisões na construção de novas políticas públicas.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146. Acesso em: 5 set. 2023

BRASIL. Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2015. Institui o Plano Nacional de Educação(PNE).2015. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>, Acesso em 5 set. 2023.

Salas de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006b.

CIRINO, Giovanni. **Inclusão Social na área Educacional**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

Brito, Djalma Mandu **D. Fundamentos Pedagógicos para o trabalho com portadores de necessidades educativas especiais (FPTPNE)**. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

Pacheco, José, et al. **Caminhos para a inclusão** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2007.

Antunes, Celso. **Inclusão: O nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural. 2008.

Cunha, Eugenio. **Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e praticas educativas na escola e na família**- 8 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2019.

Cunha, Eugenio. Praticas pedagógicas para inclusão e diversidade – 5 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2015.